



Cultura e Violência na Sociedade Brasileira: Perspectivas Críticas Cultura e Violência na Tríplice Fronteira Amazônica

Culture and Violence in Brazilian Society: Critical Perspectives Culture and Violence in the Amazonian Tri-Border Region

Daniel dos Santos Vieira

Graduado em Tecnólogo em Produção Pesqueira – Universidade Estadual do Amazonas

Resumo: Este estudo analisa criticamente a inter-relação entre cultura e violência na sociedade brasileira contemporânea, enfatizando as múltiplas dimensões simbólicas, estruturais e territoriais que moldam tais fenômenos. Considera-se que a violência não é um desvio social isolado, mas um elemento constitutivo da cultura nacional, reproduzido por instituições, discursos e práticas cotidianas. No contexto amazônico, especialmente na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, a violência manifesta-se em formas complexas: criminalidade transnacional, vulnerabilidade social e resistência cultural. O estudo propõe compreender a violência não apenas como destruição, mas também como sintoma de uma disputa simbólica por reconhecimento, cidadania e pertencimento. Fundamentado em autores como Pierre Bourdieu (1998), Boaventura de Sousa Santos (2010), Alba Zaluar (2004) e Jessé Souza (2017), o estudo defende que o enfrentamento da violência exige políticas públicas culturais integradas, capazes de valorizar a diversidade e fortalecer o protagonismo das comunidades amazônicas.

Palavras-chave: cultura; violência; Amazônia; fronteiras; desigualdade; cidadania.

Abstract: This study critically analyzes the interrelation between culture and violence in contemporary Brazilian society, emphasizing the multiple symbolic, structural, and territorial dimensions that shape these phenomena. It argues that violence is not an isolated social deviation but a constitutive element of national culture, reproduced through institutions, discourses, and everyday practices. In the Amazonian context—particularly in the Tri-Border area between Brazil, Colombia, and Peru—violence manifests itself in complex forms: transnational crime, social vulnerability, and cultural resistance. The study seeks to understand violence not merely as destruction, but also as a symptom of a symbolic struggle for recognition, citizenship, and belonging. Grounded in the works of Pierre Bourdieu (1998), Boaventura de Sousa Santos (2010), Alba Zaluar (2004), and Jessé Souza (2017), the study argues that confronting violence requires integrated cultural public policies capable of valuing diversity and strengthening the protagonism of Amazonian communities.

Keywords: culture; violence; Amazon; borders; inequality; citizenship.

INTRODUÇÃO

A violência é uma das expressões mais visíveis, persistentes e estruturantes das contradições históricas e culturais da sociedade brasileira. Desde o período colonial, marcado pela escravidão e pela expropriação dos povos originários, o

Brasil construiu uma sociabilidade permeada por desigualdades profundas, nas quais a força, o medo e a exclusão tornaram-se instrumentos de organização social. Conforme indicam dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), o país ocupa lugar de destaque entre as nações com maiores índices de homicídios do planeta, revelando uma tendência alarmante de naturalização da violência e de banalização da vida. Esses índices não representam apenas números frios, mas espelham uma estrutura social que reproduz privilégios, marginalizações e hierarquias herdadas de séculos de opressão.

Essa herança colonial, moldada pela tríade patriarcalismo, escravidão e concentração fundiária, consolidou padrões de dominação que transcendem o tempo e se refletem nas instituições políticas, na economia e nas relações culturais cotidianas. O autoritarismo, a desigualdade e a impunidade não são meros acidentes da história, mas elementos constitutivos de um imaginário coletivo que legitima, reproduz e naturaliza as violências — sejam elas físicas, simbólicas, raciais, de gênero ou territoriais. O corpo e a voz dos subalternizados tornam-se, assim, campos de disputa e resistência. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender a violência não como uma anomalia social, mas como um dispositivo de poder que organiza e sustenta o tecido cultural brasileiro.

A relação entre cultura e violência ultrapassa, portanto, a dimensão do crime e da criminalidade. Ela penetra nas estruturas simbólicas que orientam o comportamento social, expressando-se em linguagens, rituais, arte, mídia e instituições. A violência está presente na forma como se constroem as identidades e se definem os “outros” — os que pertencem e os que devem ser excluídos. No campo cultural, ela aparece tanto na negação da alteridade quanto na marginalização das expressões populares e indígenas, frequentemente desqualificadas como “folclore” ou “subcultura”. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2010), vivemos sob uma *sociologia das ausências*, em que determinadas existências são sistematicamente invisibilizadas, negadas ou desumanizadas.

Essa sociologia da ausência torna-se ainda mais evidente na Amazônia, território que sintetiza as contradições entre riqueza natural e pobreza social. Na região da Tríplice Fronteira — entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) —, a violência adquire dimensões múltiplas e ambíguas. A fronteira, mais do que um limite geográfico, é um espaço de circulação de pessoas, mercadorias e culturas, mas também de conflitos, disputas e vulnerabilidades. Trata-se de uma região onde a presença do Estado é rarefeita e fragmentada, e onde as forças do narcotráfico, do contrabando e da economia informal impõem suas próprias regras. Nesse cenário, coexistem o medo e a solidariedade, a repressão e a criação, a exclusão e a esperança.

Contudo, mesmo diante da precariedade, emergem formas de resistência cultural que reafirmam o sentido de comunidade e identidade. Expressões artísticas locais, festas populares, práticas espirituais e projetos culturais comunitários funcionam como mecanismos de reconstrução simbólica frente à violência cotidiana. O território amazônico é, portanto, um lugar de fronteiras físicas e imaginárias, onde a cultura se torna um campo de luta pela dignidade e pelo reconhecimento.

Compreender a violência na Tríplice Fronteira implica reconhecer que ela não é apenas o produto da ausência do Estado, mas também o reflexo de uma longa história de marginalização das populações amazônicas e de suas formas de saber e viver. Trata-se de perceber que nas bordas da civilização ocidental florescem resistências invisíveis, linguagens híbridas e cosmologias que desafiam a lógica hegemônica. Assim, estudar a relação entre cultura e violência significa, ao mesmo tempo, analisar o silêncio imposto pela desigualdade e a voz insurgente das culturas amazônicas que reinventam, diariamente, as possibilidades de existir e resistir.

CULTURA E VIOLÊNCIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Segundo Clifford Geertz (1978), a cultura constitui um sistema de significados partilhados que fornece coerência e sentido à ação humana, sendo o alicerce simbólico das práticas sociais. A cultura não é, portanto, um conjunto estático de tradições, mas um campo dinâmico de produção de significados que orienta o comportamento coletivo, define identidades e estabelece fronteiras entre o que é considerado legítimo e o que é marginal. No entanto, em sociedades marcadas por profundas desigualdades estruturais, como a brasileira, esses significados culturais são frequentemente apropriados e instrumentalizados por grupos dominantes, tornando-se instrumentos de legitimação de hierarquias e formas sutis de dominação social. Assim, o que deveria ser um espaço de diversidade simbólica transforma-se em terreno de disputa pelo poder de definir o “normal”, o “civilizado” e o “aceitável”.

Nessa linha, Pierre Bourdieu (1998) amplia a reflexão ao introduzir o conceito de violência simbólica, uma modalidade de dominação invisível, silenciosa e naturalizada que se perpetua nas relações sociais, nas instituições e nas linguagens. Essa forma de violência se realiza justamente porque é reconhecida como legítima pelos próprios dominados — ou seja, opera pela internalização dos valores e padrões do grupo dominante. A escola, os meios de comunicação, a arte e o discurso político tornam-se mecanismos de reprodução dessa estrutura simbólica, que impõe classificações e hierarquias disfarçadas de mérito, tradição ou cultura nacional. Dessa forma, a violência não se limita ao uso direto da força física: ela se manifesta na imposição de valores, na negação de identidades, na exclusão cultural e na naturalização das desigualdades de classe, gênero, raça e território.

A teoria bourdieusiana é especialmente útil para compreender o contexto brasileiro, onde a herança colonial e escravocrata gerou uma cultura hierarquizada e excludente. A violência simbólica se expressa nas práticas cotidianas — na linguagem, no humor, nas instituições e até mesmo na estética — como um modo de perpetuar privilégios e inferiorizar o “outro”. Essa dimensão invisível da violência explica por que muitas formas de opressão continuam a existir mesmo em regimes democráticos, travestidas de “ordem”, “tradição” ou “moralidade”.

Ao investigar o comportamento social brasileiro, Roberto DaMatta (1986) acrescenta uma leitura antropológica das contradições entre o público e o privado, o formal e o pessoal, o institucional e o afetivo. Para o autor, o Brasil é uma sociedade

marcada pela ambiguidade: nela, a cordialidade aparente convive com a brutalidade cotidiana, e o gesto gentil coexiste com a exclusão social. Essa duplicidade reflete uma cultura em que o “jeitinho”, a autoridade patriarcal e o personalismo substituem a lógica da igualdade republicana. Nesse contexto, a violência se converte em uma linguagem social: ora como imposição de poder, ora como estratégia de sobrevivência.

Essa tensão torna-se ainda mais visível nas fronteiras amazônicas, onde a presença do Estado é intermitente e a “lei da selva” se entrelaça à “lei da cidade”. Nesses espaços, as relações sociais são mediadas tanto por redes de solidariedade quanto por mecanismos de coerção e informalidade. A cultura local, plural e híbrida, abriga tanto o acolhimento comunitário quanto a disputa violenta por recursos e territórios. A fronteira amazônica é, assim, um microcosmo das contradições brasileiras: o encontro entre a convivência solidária dos povos tradicionais e a lógica de exploração imposta por interesses econômicos e geopolíticos.

A contribuição de Alba Zaluar (2004) é igualmente fundamental para essa discussão. A autora cunha o conceito de “integração perversa” para explicar o modo como a pobreza urbana e a marginalidade são incorporadas à economia capitalista por meio da violência e da informalidade. Essa integração ocorre quando o Estado falha em garantir direitos básicos e a economia ilegal passa a oferecer meios de sobrevivência. A violência, nesse caso, torna-se um elemento estruturante da vida social e um mecanismo de inclusão subordinada. Zaluar revela que o crime, o tráfico e o trabalho precário não são anomalias, mas expressões coerentes de um sistema que depende da desigualdade para se reproduzir.

Na Amazônia contemporânea, essa “integração perversa” assume novas formas. As redes transfronteiriças de contrabando, extração ilegal de madeira, garimpo e tráfico de drogas conectam vilas ribeirinhas e grandes centros urbanos em um circuito econômico paralelo que mescla sobrevivência, ilegalidade e cultura local. Em muitas comunidades, a ausência de políticas públicas efetivas e de alternativas econômicas faz com que atividades ilícitas se tornem a única via de inserção social, especialmente para jovens. A violência, portanto, não é apenas imposta de fora; ela é incorporada à estrutura cotidiana de vida, reproduzindo-se como uma estratégia de pertencimento e poder.

Entretanto, mesmo em meio a essas dinâmicas violentas, a cultura amazônica resiste e reinventa formas de existência. As expressões musicais, os rituais indígenas, as festas populares e as redes de solidariedade feminina e comunitária configuram práticas que desafiam a lógica da dominação. Essas formas de resistência demonstram que, ao lado da violência simbólica e estrutural, existe uma cultura da resistência, que traduz o sofrimento em arte e a opressão em criatividade.

Assim, ao articular os conceitos de Geertz, Bourdieu, DaMatta e Zaluar, é possível compreender que a violência, longe de ser apenas uma ruptura da ordem cultural, é parte constitutiva dela — uma linguagem social que expressa desigualdade, mas também impulsiona transformação. A Amazônia, nesse sentido, revela o paradoxo do Brasil: um país que combina a exuberância cultural com a brutalidade social, e onde a cultura pode ser simultaneamente veículo de dominação e de libertação.

A VIOLÊNCIA NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA: MÚLTIPLAS DIMENSÕES

A região amazônica é um território de vastas complexidades, marcada por uma multiplicidade de povos, saberes, cosmologias e modos de vida que coexistem e se interpenetram. Trata-se de um espaço de fronteiras fluidas, onde as distinções entre nacionalidades, culturas e economias se tornam porosas e negociáveis. A Tríplice Fronteira, localizada entre Tabatinga (Brasil), Leticia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), configura-se como um verdadeiro laboratório social, no qual se entrelaçam línguas indígenas e ibéricas, crenças tradicionais e religiões urbanas, práticas comerciais formais e informais. Nessa região, a diversidade cultural constitui tanto um patrimônio quanto um campo de disputa, revelando as tensões entre o cosmopolitismo amazônico e as marcas persistentes da desigualdade.

Apesar da riqueza simbólica e ambiental, a Tríplice Fronteira é também cenário de contradições profundas. A pluralidade de povos e tradições convive com graves problemas de pobreza, exclusão e invisibilidade social. A falta de presença estatal efetiva, o enfraquecimento das políticas públicas e a precarização das condições de vida fazem com que populações inteiras vivam à margem dos direitos mais básicos. Esse contexto é agravado pela atuação de facções criminosas nacionais e transnacionais, que exploram o vazio institucional para consolidar redes de tráfico de drogas, armas, madeira e pessoas. A geografia fluvial, com suas fronteiras naturais e acessos difíceis, contribui para a consolidação de uma economia paralela, onde o legal e o ilegal se misturam, e onde a violência se torna uma forma de regulação social.

Pesquisas recentes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 2023) e de instituições internacionais como a ONU-Habitat destacam que a ausência de políticas culturais, educacionais e juvenis integradas tem ampliado o recrutamento de jovens por redes ilícitas. Em muitas localidades, o tráfico oferece não apenas renda, mas também pertencimento, reconhecimento e status — funções que deveriam ser cumpridas por políticas de inclusão e cultura. Assim, a fronteira deixa de ser apenas uma linha no mapa e se transforma em um espaço simbólico, no qual se cruzam identidades, exclusões e resistências. Essas fronteiras culturais operam como divisores invisíveis entre os incluídos e os marginalizados, entre o centro e as margens, entre a esperança e o abandono.

Nesse sentido, a violência na Tríplice Fronteira deve ser compreendida como uma linguagem social complexa, que expressa não apenas a criminalidade, mas também a falta de horizontes institucionais e a busca por reconhecimento. Em contextos de abandono, a violência pode se converter em um meio de comunicação — uma forma de reivindicar visibilidade diante de um Estado ausente. Essa leitura amplia a noção tradicional de violência e revela sua dimensão simbólica: ela é, simultaneamente, um instrumento de dominação e uma reação à exclusão estrutural. Como observa Jessé Souza (2017), a desigualdade brasileira é sustentada por um “capitalismo de castas”, no qual os marginalizados são culpabilizados por sua própria condição, enquanto a elite se perpetua por meio de privilégios naturalizados.

Contudo, mesmo nesse cenário de vulnerabilidade e conflito, emergem expressões culturais de resistência que desafiam a lógica da violência e afirmam novas formas de convivência. Nas comunidades indígenas, ribeirinhas e periféricas da região, observa-se o fortalecimento de movimentos artísticos que resgatam narrativas ancestrais e constroem identidades coletivas em torno da música, da oralidade e das artes visuais. Tais manifestações representam mais do que simples práticas estéticas: constituem-se como atos políticos de reexistência, ou seja, de reafirmação da vida frente à precariedade.

Projetos comunitários de música, teatro, audiovisual e sonorização digital têm ganhado destaque como instrumentos de inclusão e diálogo intercultural. Oficinas de tecnologia e arte, voltadas para jovens e mulheres, promovem o empoderamento social e a autonomia criativa, transformando o que antes era espaço de medo em território de imaginação e pertencimento. Essas práticas demonstram o potencial da cultura como ferramenta de pacificação simbólica e como vetor de cidadania.

Exemplos concretos dessa transformação podem ser observados em iniciativas como festivais culturais de base comunitária, grupos artísticos autônomos e produções audiovisuais independentes que circulam entre os três países da fronteira. Tais experiências demonstram que a cultura pode exercer o papel de mediação entre mundos, criando pontes entre o tradicional e o moderno, o local e o global, o Estado e a comunidade. Ao mesmo tempo, revelam a capacidade criadora das populações amazônicas de reinventar suas realidades e construir horizontes de convivência pacífica em meio à violência cotidiana.

Desse modo, a Tríplice Fronteira Amazônica não deve ser entendida apenas como um território de risco, mas também como um espaço de potencialidades culturais e políticas. Nela, a arte e a cultura operam como forças de resistência simbólica e como instrumentos de reconstrução social. A cultura, nesse contexto, não é mero ornamento, mas ferramenta estratégica de sobrevivência, identidade e paz. Como ensina Boaventura de Sousa Santos (2010), é nas margens e periferias do sistema-mundo que se gestam as epistemologias do Sul — saberes capazes de reinventar a esperança em tempos de violência e desigualdade.

PERSPECTIVAS CRÍTICAS: CULTURA COMO RESISTÊNCIA E POLÍTICA PÚBLICA

A cultura não é apenas reflexo da violência; é também uma via de enfrentamento e reconstrução social. Para Boaventura de Sousa Santos (2010), a emancipação exige “traduções interculturais”, isto é, o reconhecimento da pluralidade de saberes e modos de vida. No caso da Amazônia, isso significa valorizar os conhecimentos tradicionais, as expressões artísticas locais e a educação intercultural como eixos de políticas públicas.

As políticas de segurança baseadas exclusivamente na repressão demonstraram ineficácia frente à complexidade da violência. É preciso integrar cultura, educação e cidadania. A criação de programas de fomento à cultura digital,

à economia criativa e às expressões comunitárias na Tríplice Fronteira pode promover novas formas de pertencimento e reduzir a vulnerabilidade juvenil. Além disso, iniciativas educacionais inspiradas em Paulo Freire e Darcy Ribeiro reforçam a importância de uma pedagogia da libertação que una arte, política e território.

Arte e a cultura, quando inseridas em políticas estruturantes, podem substituir o medo pela imaginação, a exclusão pela criação e a violência pela cooperação. É nessa perspectiva que projetos culturais amazônicos — como “Rios Coloridos”, “Lambadas Elétricas” e o “Festival Maruaga de Artesanato” — representam não apenas manifestações artísticas, mas políticas de resistência simbólica, reconstruindo laços comunitários em espaços historicamente marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cultura e da violência na sociedade brasileira revela uma simbiose histórica e estrutural que atravessa séculos de formação social. A violência, mais do que uma ruptura da ordem, constitui-se como um elemento fundante da cultura nacional, enraizado nas práticas políticas, nas hierarquias sociais e nas narrativas simbólicas que moldam o imaginário coletivo. Desde o período colonial, a violência foi utilizada como mecanismo de controle e dominação — sobre corpos escravizados, sobre povos indígenas, sobre os pobres e sobre as mulheres — transformando-se em uma gramática invisível de poder. A cultura, por sua vez, muitas vezes serve de palco e linguagem para essa reprodução, seja através das representações midiáticas que naturalizam a desigualdade, seja por discursos que legitimam a exclusão e o autoritarismo como expressões de “ordem”.

Na Amazônia, essa dinâmica se intensifica, pois as estruturas de desigualdade e abandono estatal se articulam a um território de fronteiras móveis e de múltiplas identidades. As populações amazônicas vivem cotidianamente o paradoxo entre a riqueza natural e a pobreza humana, entre a globalização predatória e a luta pela preservação dos modos de vida tradicionais. O avanço da economia ilegal, o extrativismo predatório e a ausência de políticas públicas eficazes agravam o quadro de vulnerabilidade, transformando a região em um espelho ampliado das contradições nacionais. Contudo, é também nas margens da Amazônia que florescem experiências culturais de resistência, capazes de ressignificar a dor em criação, a exclusão em solidariedade e a violência em potência transformadora.

Compreender a violência como fenômeno cultural exige, portanto, romper com visões simplistas, moralistas e punitivistas que reduzem o problema a uma questão de segurança. É preciso adotar uma perspectiva crítica e interdisciplinar que reconheça as raízes históricas da exclusão e a dimensão simbólica do sofrimento social. A violência não nasce apenas do crime, mas da desigualdade persistente, do racismo estrutural e da negação sistemática de direitos. Nas bordas do Estado, onde a presença institucional é frágil e descontínua, florescem experiências comunitárias de resistência cultural que desafiam o conceito tradicional de civilização e apontam para outras formas de convivência social baseadas na coletividade, na reciprocidade e no reconhecimento mútuo.

A construção de políticas públicas integradas, que articulem cultura, educação, comunicação e segurança cidadã, é o caminho mais promissor para enfrentar o ciclo histórico de violência. Essas políticas devem partir da escuta das comunidades, valorizando os saberes locais e reconhecendo o papel da cultura como eixo central da cidadania. Projetos culturais de base territorial — como festivais, escolas de arte, rádios comunitárias, oficinas de audiovisual e tecnologias sociais — devem ser compreendidos como estratégias de prevenção da violência e de fortalecimento da identidade amazônica. A Amazônia, vista por muito tempo como periferia distante, precisa ser reconhecida como centro de produção simbólica, intelectual e espiritual do Brasil, um espaço de invenção de novos paradigmas civilizatórios.

A verdadeira paz não se constrói pela ausência de conflito, mas pela presença ativa da justiça social, da igualdade e da dignidade humana. A convivência pacífica nasce do respeito às diferenças e da superação das violências estruturais que marginalizam povos e territórios. Nesse sentido, a cultura amazônica — com sua força poética, espiritual e comunitária — oferece ao país um modelo alternativo de desenvolvimento humano e simbólico. Ela ensina que a vida pode florescer mesmo em meio ao abandono, que o coletivo pode prevalecer sobre o individualismo e que a arte pode ser um ato político de libertação.

Repensar o Brasil a partir das margens amazônicas significa, portanto, reconhecer que o futuro do país depende de um novo pacto entre cultura, natureza e humanidade. Significa compreender que a Amazônia não é apenas uma fronteira ecológica, mas também uma fronteira cultural, ética e epistêmica — um território onde se reinventam as formas de ser, sentir e conviver. Ao colocar a cultura no centro das políticas públicas e da reflexão sobre a violência, o Brasil dá um passo essencial rumo a uma sociedade mais justa, plural e solidária. Assim, a Amazônia deixa de ser o “fim do mapa” e passa a ser o ponto de partida para a reconstrução simbólica da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo: Leya, 2017.
- ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UFAM; FGV. **Relatórios sobre Violência e Fronteiras na Amazônia**. Manaus, 2023.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário 2024**. São Paulo, 2024.